

CM Paraguatu Paulista

Protocolo Data/Hora 25-138 06/04/2018 16:19:17

REQUERIMENTO Nº 053

Requer informações quanto ao cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta Judicial firmado entre o Poder Executivo Municipal e o Ministério Público do Estado de São Paulo em 11 de agosto de 2015.

Excelentíssimo Senhor
IAN FRANCISCO ZANIRATO SALOMÃO
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística
Paraguaçu Paulista

- O Vereador que este subscreve, nos Termos Regimentais vigentes, REQUER à Excelentíssima Sra. Prefeita Municipal, Almira Ribas Garms, as seguintes informações quanto ao cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta Judicial firmado entre o Poder Executivo Municipal e o Ministério Público do Estado de São Paulo em 11 de agosto de 2015:
- **1-)** quais providências foram e estão sendo tomadas pela atual administração objetivando atender o referido TAC?
- 2-) foi ou está sendo elaborada a reforma administrativa da Prefeitura Municipal?
- a) Em caso de resposta positiva ao item "2", quando será encaminhado à Câmara Municipal?
- **3-)** foi ou está sendo elaborado o plano de cargos e carreiras do funcionalismo público municipal?
- a) Em caso de resposta positiva ao item "3", quando será encaminhado à Câmara Municipal?
- **4-)** o Poder Executivo promoverá modificações no Estatuto do Servidor Público Municipal?
- a) Em caso de resposta positiva ao item "4", quais alterações serão feitas e quando será encaminhado à Câmara Municipal?



JUSTIFICATIVA

Em 2015 o então Sr. Prefeito Municipal assinou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público definindo a implantação do Plano Carreira e a transformação dos Departamentos em Secretarias Municipais.

Desde o ano de 2017, quando a atual administração assumiu, os servidores públicos municipais aguardam ansiosos tais medidas.

Assim, tendo em vista que ultimamente o assunto tornou-se corriqueiro e veiculou-se que o Poder Executivo já estaria finalizando tanto a reforma administrativa, quanto o plano de cargos e carreiras e as alterações do Estatuto do Servidor, criou-se uma ansiedade e expectativa na classe.

Neste sentido, objetivando evitar especulações e temores nos servidores públicos municipais, apresentamos o presente requerimento, como medida de transparência e para divulgação de notícias verídicas.

Palácio Legislativo Água Grande, 6 de abril de 2018.

PAULO ROBERTO PEREIRA

Vereador